



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS  
COMUNICADO NACIONAL 01/13**

**21 de Janeiro de 2013**



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UE.

**Comemorações do "31 de Janeiro"  
Reforçar a ANS! Defender Portugal!**

Entrámos em 2013 com a perspectiva do agravamento das condições de vida dos cidadãos portugueses em geral, e dos militares em particular, assistindo a afirmações contraditórias entre diversos membros do governo, quando não mesmo faltando à verdade, relativamente ao tão prolapado "Relatório do FMI", oportunamente posto a circular no início do ano.

Neste rol de contradições, ou de pouco respeito para com a verdade, se incluiu o MDN tendo em conta uma recente entrevista sua a um jornal semanário nacional, em que para além de contraditoriamente dizer "*respeitar*" as associações quando sabe que não cumpre a prática a que a Lei o obriga (e leva a que os chefes militares também não a cumpram), desrespeitando por isso as associações que diz respeitar, também repete e insiste em faltar à verdade quanto ao número de associados das APM (Associações Profissionais de Militares) como se pelo facto de repetir ou insistir numa mentira ela se venha a tornar verdade! Sabendo que a lei obriga a que anualmente as APM comuniquem ao MDN, por meio da sua DGPRM, o número de associados de cada associação, com esta atitude o MDN está a prestar um mau serviço ao país, pois deixa passar a ideia que os seus serviços não funcionam ou funcionam mal, ou então, e esta perspectiva faz muito mais sentido, o ministro não sabe sequer fazer contas de somar o que, sendo membro do governo, talvez nos ajude a compreender porque é que chegámos ao estado em que estamos!

Porque, como militares, faz parte da nossa formação praticar a verdade, com lealdade, frontalidade e coragem, não podemos permitir que se insista na mistificação da verdade ou na transmissão de uma imagem errada junto dos cidadãos em geral. Foi o que vimos com a "notícia" de alegada "fraude na Saúde Militar" sem que o MDN ou as chefias militares viessem a público esclarecer os cidadãos sobre a realidade dos factos. Por outro lado, insiste-se em alimentar instabilidade, mal-estar, insegurança no seio dos militares das Forças Armadas quando, sem se informar com verdade e seriedade aqueles a quem as medidas se venham a aplicar - os militares das Forças Armadas - se abordam pela rama, ligeira ou levemente matérias fundamentais e estruturais para o cabal e sustentado cumprimento das suas missões, como todas aquelas sobre a Saúde Militar, sobre questões de carreira, sobre matérias fiscais ou aquelas que se prendem com a transição para as situações de Reserva e Reforma, etapas finais de uma vida profissional ao serviço do Povo Português e de Portugal!

Depois de termos questionado os quatro chefes militares, o Director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional e o próprio ministro, sobre alterações ao EMFAR e ao Estatuto da Reserva e de nos ter sido dito não haver conhecimento de nada em curso, é reveladora a afirmação do MDN de que "*vamos avaliar o estatuto da Reserva*". Particularmente reveladora quando é do nosso conhecimento que na sequência das orientações da Directiva para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovada pelo Despacho nº 149/MDN/2012 de 12 de Junho, foi criada uma "*Equipa Técnica*" para elaborar um conjunto de medidas para alteração ao EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas).

Esta Equipa Técnica, constituída por oito juristas, curiosamente não sendo nenhum deles militar, tem vindo a trabalhar na matéria, sem que para tal as APM tenham sido chamadas a pronunciar-se, sendo que esse trabalho estará concluído ou em vias de conclusão. As propostas

visam proceder a uma profunda alteração ao EMFAR, tratando-se na realidade de um novo EMFAR. O trabalho desenvolvido abrange áreas tão sensíveis como: carreiras, cargos e funções, efectivos, gestão de efectivos, promoções e graduações, avaliação, ensino e formação, regime de reserva, regime de reforma, licenças e sistema retributivo.

A Equipa Técnica tem vindo a trabalhar, tendo como base a Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, diploma que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (a tal que não se aplicava aos militares...).

Estamos nesta altura a organizar as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, que decorrerão a nível nacional, continente e ilhas, e ainda a nível internacional, nos locais em que existam Sargentos portugueses em missão de serviço.

Tendo como referência os heróis do 31 de Janeiro de 1891, que não aceitaram o “Ultimatum” imposto a Portugal pela coroa britânica, que não aceitaram a degradação das condições de vida dos portugueses, que não aceitaram o tratamento discriminatório que se vivia no meio militar da altura, que não aceitaram a corrupção, a inoperância e submissão dos governantes de então e muito menos aceitaram ver uma Pátria velha de séculos ser colocada de joelhos perante as exigências de potências estrangeiras que se diziam aliadas mas que na verdade conduziam Portugal e os portugueses à miséria, à indigência e à perda da sua soberania, saibamos olhar o seu exemplo e ser continuadores da sua obra. Saibamos tomar nas nossas mãos a condução do futuro das nossas vidas e das vidas dos nossos filhos. Saibamos defender o futuro das gerações desta Pátria portuguesa! Estejamos disponíveis para participar activamente nas iniciativas para as quais venhamos a ser chamados na defesa dos princípios e valores constitucionais que jurámos. Não nos acomodemos! Não nos resignemos!

Em simultâneo com o assinalar do 122º aniversário da “Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891” e no decurso das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, vai acontecer o acto eleitoral para os órgãos sociais que irão conduzir os destinos da ANS durante o biénio 2013/2014. Apelamos à massa associativa da ANS para que participe activamente nestas comemorações, em todos os locais em que ocorram e que, convictamente, cumpra o seu dever e direito de voto na eleição para os novos órgãos sociais, quer seja através do voto por correspondência, quer seja votando presencialmente na Assembleia Geral Eleitoral que decorrerá entre as 09:00 e as 13:00 do próximo dia 2 de Fevereiro, Sábado, no Grande Auditório do ISCTE, em Lisboa, onde em simultâneo será também assinalada a efeméride que durante estes dias comemoramos.

Por tudo o que aqui se afirma, é fundamental reforçar a ANS, é de capital importância defender Portugal! Porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, **vamos continuar, com dignidade, a construir o futuro!**

**A Direcção**

**Lisboa, 21 de Janeiro de 2013**